

ATA DA 27ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano dois mil e seis, no Fórum Criminal da Barra Funda, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado. Deu-se início aos trabalhos às 9 horas e 30 minutos. Instalada a sessão, a Defensora Geral saudou os presentes e passou às comunicações da Presidência. Em relação às duas últimas sessões do Conselho, pediu para os conselheiros se posicionarem quanto à realização ou não. O Conselheiro Wagner sugeriu antecipar a próxima reunião para quinta-feira, dia 21/12, às 9 horas, no Fórum da Barra Funda, o que foi aprovado por unanimidade. Quanto à reunião de 29/12, decidiu-se que, em princípio, não haverá, mas se houver alguma questão importante a ser discutida antes do início do ano poderá ser marcada uma reunião na última semana do ano. Sobre o seminário no Rio de Janeiro, disse que foi muito bom e que foi possível aprender muito sobre o sistema interamericano. É importante difundir esse conhecimento para os defensores por meio de relatório e de novas edições do seminário, o que já conversou com a Flávia. Na sexta-feira passada, foi lançado o segundo diagnóstico da Defensoria Pública, ocasião em que o ministro Márcio Tomás Bastos discursou sobre acesso a justiça e disse que não há como falar na questão sem pensar em Defensoria Pública. Referiu-se à reunião que ela, acompanhada dos Defensores Mônica, Vitore e Davi, teve com líderes da Alesp, que expressaram a expectativa de votar a LDO ainda este ano. Falou-se sobre orçamento e sobre a estruturação da Defensoria. Rodrigo Garcia disse que chamará a instituição no momento da aprovação do orçamento. O projeto da Funap foi encaminhado à PGE, mas não foi aprovado e foi devolvido ao Rodrigo Garcia. A fundação apresentou proposta de renovação do convênio. Foi montado um grupo de estudo, formado pela Márcia, pelo Antônio e pela Carmem, para estudar essa proposta e, se necessário, formular uma contraproposta, bem como pensar em regras gerais para os convênios. Informou também que o Rodrigo Garcia disse uma proposta de subsídios deve ser aprovada, mas não há nada concreto ainda. Relatou ainda a reunião que teve com Marcos Nusdeo, quando se falou sobre composição do gabinete da PGE e sobre novo prédio da Defensoria Pública, na rua Boa Vista; já o da rua Abolição não será mais fechado. Em relação ao novo imóvel, o contrato ainda não foi assinado, pois a PGE está propondo adequação de algumas cláusulas, mas o governador Lembo pretende assinar. O contrato tem cláusula de reforma, e deve ficar pronto 120 dias após a compra, enquanto o acabamento será por conta da Defensoria. A Procuradora Geral está vendo com a CGA para que esse trâmite seja o mais rápido possível. Informou também que falou com Marcos Nusdeo sobre manter o FAJ continuar no prédio da Boa Vista. Na conversa com o novo Procurador Geral do Estado, percebeu-se que o relacionamento será bem mais fácil do que com o Gabinete atual. Na Conferência com os procuradores, foi informado que, em maio, com a entrada dos novos defensores, 180 procuradores voltarão a exercer funções da PGE. Falou-se em 200 procuradores, mas, pelo risco de fechar unidades de atendimento, o número passou a 180; depois da entrada dos aprovados no segundo concurso, sairão mais procuradores. Sobre a questão de Brasília, falou-se na possibilidade de locar um defensor lá no próximo ano. Passou-se às comunicações da Secretaria, a qual informou aos conselheiros que enviou algumas atas atrasadas para possíveis alterações necessárias, bem como deixará os dois volumes de deliberações do Conselho no armário da sala de reuniões. O Conselheiro Noadir pediu à Secretária para enviar as deliberações por meio eletrônico. Iniciou-se o momento aberto, em que a Presidente agradeceu a presença do Padre Júlio

Lancelotti e das estagiárias da Pastoral Carcerária, bem como ressaltou a importância da participação da sociedade civil nas reuniões do Conselho. O Presidente da Apadep saudou os presentes e falou da importância de esclarecer os colegas sobre a carteira funcional da carreira, que não é a carteira de identificação. Abriu-se à palavra para o Padre Júlio Lancelotti, que informou sobre o trabalho da Pastoral Carcerária e sobre as situações precárias que esta tem vivenciado, como a de um presídio com mais de 500 presos que conseguiram passar para o regime semi-aberto, mas continuam no fechado por falta de vaga naquele regime e não há advogado para fazer pedido para que passem para o regime aberto. O Defensor Davi disse a Pastoral Carcerária é um aliado muito importante e que, a partir de janeiro, trabalhará voluntariamente na Pastoral para orientação aos estagiários, pois entende que a função da Apadep é também social, não só institucional. Informou que a votação da Lei 487 poderá ocorrer na próxima semana. O Padre Júlio Lancelotti pediu a palavra para agradecer a oportunidade de participar da reunião e alertar para a situação da população de rua na cidade de São Paulo, que hoje totaliza o número de 12 mil pessoas. A aplicação da Lei 12.316/97, que estabelece uma política pública para essa população, tem sido uma luta constante da Pastoral. O Ministério Público também criou um grupo de inclusão social. Relatou que essas pessoas têm sofrido cada vez mais violência, o que manifesta a política “higienista” que está sendo aplicada no Centro de São Paulo, o que vemos no trato com os catadores, com os ambulantes e com os moradores de rua, por exemplo. A esse respeito, lembrou o massacre que ocorreu em 2004 com os moradores de rua, caso que está sendo investigado pelo MP, representado pelo Dr. Talarico, que está acompanhando todo o processo. Os suspeitos sofreram prisão preventiva, mas o próprio Dr. Talarico pediu seu relaxamento por falta de provas. Designaram-se outros promotores e se apresentou novamente a denúncia, mas o juiz do júri não aceitou, por isso o MP entrou com mandado de segurança e liminar, não concedidos. Sobre os convênios, o Padre Lancelotti considerou importante atentar para a qualidade dos serviços prestados, ao que a Presidente respondeu que se formou um grupo de defensores para estudar a questão e apresentar propostas de alteração. Como o convênio da Fundap será o primeiro a vencer, o grupo se debruçará sobre ele, mas já pensando em regras gerais; para isso, as sugestões da sociedade civil são muito bem-vindas. Em relação ao massacre dos moradores de rua, trata-se de uma demanda emblemática, e a Defensora Pública Geral recomendou o encaminhamento ao Núcleo de Direitos Humanos, por meio de comunicado ao seu coordenador. Sobre o local de atendimento, disse que há o problema do espaço no prédio onde atualmente a Defensoria está localizada, mas que, após a mudança para o prédio da rua Boa Vista, a situação será melhor. Passou-se às manifestações dos conselheiros, iniciadas pelo Conselheiro Wagner, que manifestou ser uma honra a presença da Pastoral Carcerária, representada pelo Padre Júlio Lancelotti. Relatou o problema ocorrido em São José dos Campos relacionado a uma obra pública que está envolvendo questões sociais e ambientais. Na próxima sexta-feira, haverá uma reunião com representantes do MP e da comunidade para pensar em ações não só individuais, mas também coletivas para fazer frente à ação da prefeitura e evitar as desapropriações. O Conselheiro-Ouvidor Willian saudou os colegas e os representantes da Pastoral e frisou a importância do tema da população de rua, uma das que mais necessitam da atuação da Defensoria Pública, que inovou no caso do PCC. Em seguida, relatou as questões tratadas na última reunião do Conselho Consultivo, como o Regimento Interno e as Conferências (momento de maior interação com a sociedade civil). Referiu-se à proposta de que a função de sob-ouvidor, que não é remunerada, por não se tratar de cargo, seja recompensada com um *plus* na contagem de pontos para a promoção. Informou que está

elaborando o relatório trimestral de atividades da Ouvidoria, o qual deverá apresentar a ótica da sociedade sobre os convênios. Referiu-se a entidade que não tem mais convênio com a Defensoria, mas se interessou em manifestar os motivos por que não quis renová-lo. Os atendimentos nem sempre são adequados, por problemas financeiros, como repasse de valores muito baixos, estrutura insuficiente para atender a demanda, entre outros. É o caso da entidade (nome), que atende a região de Heliópolis, onde a demanda é muito grande, de modo que só pode oferecer orientações aos usuários. Relatou também que, na Alesp, o SOS Racismo, que oferece atendimento jurídico por telefone, manifestou interesse em firmar parceria com a Defensoria Pública. O Conselheiro Noadir saudou os presentes e festejou a presença da sociedade civil, especialmente o Padre Lancelotti, pelo importante trabalho relacionado aos direitos humanos. Expressou a preocupação das regionais com a aplicação da Resolução n.º 32, que tem aberto caminho para desvios de verba e pedido de pagamento de perícia em casos que antes era feito gratuitamente. Relatou que, no interior, vários colegas se manifestaram por modificar esse ato normativo, embora isso possa causar uma celeuma com o Judiciário. Falou também sobre a postura dos defensores públicos nos interrogatórios, ressaltando que não falará sobre a atuação dos advogados da Fundap, que não têm essa atribuição. Referiu-se à prática de retirar-se do interrogatório como protesto à negativa do juiz em conceder uma conversa reservada com o acusado. Para o Conselheiro Noadir, isso deve ser evitado; a atitude correta seria continuar no interrogatório e levar o assunto aos tribunais superiores. O Presidente da Apadep considera que o abandono da audiência às vezes é adequado, pois a nomeação de *ad hoc* pelo juiz é irregular. Se o defensor não abandonar o interrogatório, estará convalidando o ato do juiz. Além dessa atitude, é necessário uma postura institucional da Defensoria. O Conselheiro Noadir considera que é necessário um posicionamento institucional e entende que cada defensor tem uma postura, mas, por sua experiência na área criminal, acha, para haver algum resultado, é preciso causar algum prejuízo concreto ao juiz, não apenas institucional. O Conselheiro Vitore saudou a todos e relatou o andamento do mutirão de reconhecimento de paternidade na Zona Leste de São Paulo, que resultou na instauração de 20 ações de reconhecimento de paternidade. Segundo o Conselheiro, o juiz corregedor de registros públicos ficou impressionado com a aproximação dos defensores à população. Relatou também a visita que ele, Davi Depine, Sérgio Locatelli e Luciana Talli fizeram a Francisco Morato, em escola pública, para a realização de audiência de conciliação e instrução. Referiu-se ao caso de quatro jovens que foram assassinados após terem entrado em viatura policial, o que comparou com o caso em Guarulhos, em que houve simulação de roubo pelos policiais para justificar a morte dos detidos. Relatou ainda a sessão do Conselho da PGE, à qual compareceu acompanhado da Defensora Pública Geral e em que foi feito um desagravo a ato de juiz, que quase chegou às vias de fato contra uma procuradora, a qual foi expulsa da audiência. O desagravo foi estendido ao colegas Flávio Frasseto e Davi. A Conselheira Daniela manifestou a opinião de que a nomeação de defensor dativo pode ser contrária à postura da Defensoria Pública e pode beneficiar o juiz, com o que o Conselheiro Vitore concordou. O Defensor Público Flávio disse que o juiz faz isso para criar constrangimento ao defensor, inviabilizando a sua permanência na vara. Desse modo, consegue escolher o defensor com quem quer trabalhar, como ocorreu com a defensora Daniele, que se recusa a continuar na vara, tal o nível de constrangimento causado. Para Lúcio, a estratégia de nomear os dativos está impondo uma postura do juiz, criando uma dificuldade, uma quebra de rotina que o estimule a pedir promoção. O Conselheiro Vitore considera importante causar embaraço à atuação do juiz, quebrando sua rotina; para isso, a

Defensoria pode manter os dativos por alguns meses, quando ele estiver se acostumando a esse esquema, os defensores voltem a atuar. O Conselheiro Pedro relatou que segunda-feira foi com os consultores do Poupatempo a Sorocaba e disse ao Conselheiro Wagner que a próxima reunião será em Taubaté. Referiu-se também às dificuldades com a aplicação do SPA e da Resolução n.º 32. Relatou a reunião na Câmara Municipal com os vendedores ambulantes, que têm enfrentado problemas com a prefeitura e com a guarda civil metropolitana, relacionados à apreensão de mercadorias sem auto de apreensão, ao posterior desvio destas e ao uso de violência policial contra essas pessoas, como o uso de gás-pimenta nos olhos, o que consubstancia, como o Padre Lancelotti bem qualificou, uma verdadeira política de “higienização” social. Para o Conselheiro Pedro, devem-se instaurar ações para resgate das mercadorias apreendidas e verificação dos lacres. A demanda da Defensoria cresceu geometricamente, o que obriga o Gabinete a desviar-se de sua atividade-fim, que é estruturar a instituição. No caso da reunião com os ambulantes, ele teve de comparecer já que o coordenador do Núcleo de Direitos Humanos não pôde comparecer, pois estava em Diadema. Ele considera necessário que a sociedade compreenda que a Defensoria precisa urgentemente de novos membros a fim de atender a demanda apresentada. Em relação à crítica que recebeu na última reunião do Conselho, realizada em Sorocaba, expressou sua insatisfação por verem em sua ausência um indício de desinteresse em manter um diálogo com as regionais. Informou que manifestará seu descontentamento publicamente à Apadep na próxima sessão, pois se sentiu afrontado. O Conselheiro Wagner lembrou a propaganda que está sendo veiculada pela rádio Jovem Pan, que apresenta teor racista e preconceituoso e que deveria ser objeto de ação proposta pela Defensoria visando a proibir sua veiculação. A Conselheira Franciane agradeceu a presença da sociedade civil, em especial a do Padre Júlio Lancelotti, que considera uma figura emblemática na luta pela implementação dos direitos humanos. Segundo ela, a demanda dos moradores de rua em situação carcerária é uma das mais significativas na Defensoria. Manifestou preocupação com o excesso de demanda da instituição, o que faz com que os defensores do Gabinete fiquem sobrecarregados. Disse estar de acordo com a manifestação do Conselheiro Pedro sobre a Apadep e que se posicionou contrariamente a que Davi fizesse o atendimento na Alesp, por considerar que há grandes questões associativas a serem tratadas e que hoje a prioridade da Defensoria é estrutural. Como coordenadora, gostaria de ser informada sobre o trabalho relacionado a execuções penais e questões carcerárias na Pastoral. O Conselheiro Pedro concordou com a colega Franciane de que o presidente da associação deve se preocupar com a solução de questões macro da instituição e disse que as atividades da Apadep estão muito concentradas. O Conselheiro Carlos Weis, que foi o primeiro conselheiro do Condepe, lembrou a noite em que aquele conselho visitou abrigos da prefeitura, nos quais encontraram condições insuportáveis de habitação. Disse que é importante ver a Defensoria como uma equipe só e ressaltou a importância do papel da Ouvidoria, como canal de comunicação com a sociedade civil. O Conselheiro parabenizou Davi pelo nascimento de seu filho. Em relação ao cargo de Presidente da Apadep, disse que a regra de ouro é preservar sua autonomia. Acredita que a atuação de Davi na Pastoral é uma gota no oceano de suas atribuições, mas acha que isso deve ser noticiado no Conselho. Para o Conselheiro Noadir, essas atribuições vão se assentando com o tempo. O Conselheiro Weis relatou que a verba do convênio com o Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça vai ser empenhada. Informou que apresentou memorando sobre horário e jornada de trabalho à Defensora Pública Geral. Disse que fez uma análise e propõe mudanças, pois a lei da Defensoria é ruim nesse ponto, ao estabelecer

a obrigatoriedade de cumprimento de 40 horas semanais e de jornada de 8 horas, mas não definir o horário de trabalho, o que, pelo seu entendimento, deve ser fixado pela Defensoria Pública Geral, pois o art. 6.º, § 1.º, inc. I, da Lei Orgânica estabelece o direito de o usuário obter informações precisas sobre o horário de funcionamento dos órgãos da Defensoria. Outro aspecto a ser pensado é a concomitância de horários para o exercício de outras atividades profissionais, basicamente o magistério. Sobre o ponto, entende tratar-se de obrigação, estabelecida no Estatuto do Funcionário Público. O modo de controle da frequência não está disciplinado, de modo que a PGE deve definir isso. Uma das atribuições do Corregedor é verificar a regularidade do serviço. Em relação às rotinas, que visam a monitorar as atividades da Defensoria Pública, informou que vai apresentar proposta de deliberação no Conselho, a qual pode incluir disciplina inclusive para a realização de videoconferências, embora tenha emitido parecer contrário a estas. Disse que já começaram a surgir ruídos na carreira e que fora se fala em anarquia geral; para evitar isso, é necessário definir as atribuições institucionais com clareza tendo em vista o futuro da carreira. A Presidente disse que a situação atual, pelo número reduzido de defensores, impõe que se mantenha o convênio com a OAB. O Conselheiro Carlos Weis ressaltou que é preciso elaborar um outro modelo, não seguir o da PGE. A Conselheira Daniela deu bom dia a todos e saudou o Defensor Flávio, que participava da reunião do Conselho pela primeira vez. Ela manifestou dúvidas em relação a sair ou não da audiência. Sobre a possibilidade de serem realizadas videoconferências, posicionou-se contrariamente, por considerar que possibilita o contato privativo com o réu. Falou de um problema ocorrido com a defensora Nancy, que foi representada à OAB por ter saído da audiência, o que considera não ser mais cabível, já que fazem parte de uma instituição autônoma. Sobre a atuação de Davi na Pastoral, acredita não ser prejudicial ao cargo a que está incumbido, desde que não acha em detrimento das atribuições da Apadep. Sobre o ponto, questionou se é necessário bater cartão. Agradeceu a colaboração dos colegas Cláudio, Aparecido, Flávio, da Defensoria Pública Geral e do Primeiro Subdefensor Geral na elaboração da proposta geral de Regimento Interno dos Núcleos Especializados, à qual apresentaram intervenções primorosas. A proposta foi entregue à Defensoria Pública Geral. O Defensor Rafael falou sobre a questão das atribuições do Presidente da Apadep, que acaba assumindo funções que surgem nos locais. Disse que não acha que as decisões da associação estejam centralizadas, pois ele também participa delas. Relatou que há problemas decorrentes da não-implementação da Diretoria Jurídica. O Conselheiro Pedro disse ser importante a Apadep convocar os associados para que sejam colocados a par das questões da associação e afirmou que considera importante o afastamento do Presidente para que se dedique exclusivamente à Apadep. A Defensoria Pública Geral falou sobre a Resolução n.º 32, que não agrada nem à PGE nem ao Gabinete da DP, mas que não era possível atrasar o processo de transição para mudar o ato normativo, o que precisará ser feito posteriormente. O Defensor Marcelo está fazendo o levantamento das informações relacionadas às perícias e o Defensor Antônio ficou encarregado de elaborar um parecer sobre isso; em seguida, será feita uma proposta substancial de alteração da resolução. Disse que a sugestão da Defensora Kátia de ser feito um treinamento do pessoal para uso do sistema de comunicação (SPA) foi muito boa e será atendida. O Conselheiro Noadir fez um aparte para dizer que não questiona a necessidade de ter aderido à Resolução n.º 32, pois foi importante ver como funciona. A Defensoria Pública Geral informou ter recebido proposta da Fundap sobre os servidores públicos. Sobre o memorando do Corregedor Carlos Weis, informou ter recebido, mas ainda não o leu. Notificou também que a Defensora Lisa pediu afastamento

da chefia da CGA e voltará para a banca, e que a Defensora Nancy entrará em seu lugar. Sem mais manifestações, passou-se à ordem do dia. Processo CSDP n.º 25/06, proposto pela Conselheira-Presidente Cristina Guelfi Gonçalves e relatado pela Conselheira Daniela Sollberger Cembranelli, que trata de regulamentação do estágio de direito na Defensoria Pública de São Paulo. A respeito do descredenciamento dos atuais estagiários, foi aceito por unanimidade o voto da Conselheira Daniela no sentido de efetivar o descredenciamento somente após a diplomação. Discussão e votação prorrogadas para a próxima sessão. Recurso CSDP n.º 428/06, impetrado por José Augusto de Almeida Prado e relatado pelo Conselheiro Pedro Giberti, referente ao resultado da primeira prova escrita do Concurso Público de Provas e Títulos ao Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado de São Paulo, sobre o qual o Conselho Superior da Defensoria Pública deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, o indeferimento, por intempestivo. Impedidos os Conselheiros Daniela Sollberger Cembranelli e Vitore André Zilio Maximiano e os Conselheiros examinadores Carlos Weis, Franciane de Fátima Marques e Wagner Giron de La Torre. Em relação ao Processo CSDP n.º 23/06, proposto pelo Conselheiro Roque Jerônimo Andrade e relatado pelo Conselheiro Pedro Giberti, que trata do concurso de promoção na carreira de Defensor Público e que foi aprovado na sessão anterior, o Conselheiro Pedro, por ter se ausentado justificadamente da última reunião, pediu para manifestar voto discordante, com o que todos concordaram. Não havendo mais processos a serem relatados na ordem do dia, eu, Tamara Castro, Diretora de Divisão, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, de 15 de dezembro de 2006.